



Escola Superior do Ministério Público de Sergipe

**PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE  
EDITAL 01/2023  
DIREITO**

---

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

---

**1- A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:**

- I – Independência nacional e prevalência dos direitos humanos;**
- II – Autodeterminação dos povos e não-intervenção;**
- III – Igualdade entre os Estados e defesa da paz;**
- IV – Solução pacífica dos conflitos e repúdio ao terrorismo e ao racismo.**

**Considerando as assertivas acima, pode-se afirmar que:**

- a) Todas estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- e) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.

---

**2- O Ministério Público do Estado de Sergipe ajuizou ação civil pública em face da Construtora ABC Ltda., visando compelir a referida empresa da construção civil a somente edificar empreendimentos imobiliários sustentáveis, alegando, para tanto, que se trata de obrigação decorrente do direito fundamental ao desenvolvimento sustentável. A empresa apresentou contestação sustentando que o referido direito fundamental somente vincula o Estado e não os particulares. Com base no caso hipotético, marque a alternativa correta:**

- a) Os direitos fundamentais estão catalogados de forma taxativa no Título II da Constituição federal, não havendo, portanto, que se falar em direito ao desenvolvimento sustentável;
- b) Os direitos fundamentais vinculam os particulares em razão da sua eficácia vertical;

c) Os direitos fundamentais somente vinculam, de acordo com o Supremo Tribunal Federal, os particulares se houver lei disciplinando a questão.

d) Os direitos fundamentais são destituídos de eficácia horizontal;

e) Os direitos fundamentais vinculam os particulares independentemente da existência de intermediação legislativa.

---

**3- Tendo o texto como referência, analise as seguintes asserções e a relação posta entre elas.**

**I – Os direitos humanos podem ser renunciados**

**PORQUE**

**II – são direitos disponíveis.**

**Assinale abaixo a opção que apresenta a análise correta.**

- a) As asserções I e II são verdadeiras e a II é uma justificativa correta da I.
- b) As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- c) A asserção I é verdadeira e a II é falsa.
- d) A asserção I é falsa, e a II é verdadeira.
- e) As asserções I e II são falsas.

---

**4- Considerando o disciplinamento constitucional sobre Medidas Provisórias, aponte o item incorreto:**

- a) As medidas provisórias perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável uma vez por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes;
- b) Se a medida provisória não for apreciada em até sessenta dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subseqüentemente, em cada uma das Casas



Escola Superior do Ministério Público de Sergipe

**PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE  
EDITAL 01/2023  
DIREITO**

do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando.

c) Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

d) É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

e) Aprovado projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória, esta manter-se-á integralmente em vigor até que seja sancionado ou vetado o projeto.

**5- São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra, exceto:**

a) A existência da União e o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação;

b) O exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;

c) A segurança interna do País;

d) A probidade na administração e a lei orçamentária;

e) O cumprimento das leis e das decisões judiciais.

**6- Após análise das assertivas abaixo, assinale a opção correta.**

**I) As comissões parlamentares de inquérito, que são comissões temporárias destinadas a investigar fato certo e determinado, possuem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.**

**II) As comissões parlamentares de inquérito podem determinar a busca e a apreensão domiciliar de investigado, visto que essas medidas sujeitam-se ao princípio constitucional da reserva de jurisdição.**

**III) Embora a comissão parlamentar de inquérito seja instituída por prazo certo, a prorrogação é admitida, ainda que ultrapasse a legislatura em que foi instalada.**

**IV) As CPIs poderão ser criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de, pelo menos, um terço dos deputados e(ou) senadores.**

**Após análise das assertivas acima e levando-se em consideração o caso narrado na presente questão, assinale a opção correta.**

a) Estão corretas as assertivas I e IV e a II e III estão erradas.

b) Estão corretas as assertivas II e III e I e IV estão erradas.

c) Estão corretas as assertivas I, II e III e a IV está errada.

d) Todas as assertivas estão corretas.

e) Todas as assertivas estão erradas.

**7- Nos termos da Constituição Federal, analise as assertivas abaixo sobre o regime constitucional do Ministério Público brasileiro:**

**I – A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal;**

**II – Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público;**

**III – Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão**



Escola Superior do Ministério Público de Sergipe

**PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE**  
**EDITAL 01/2023**  
**DIREITO**

lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução;

**IV – Os Procuradores-Gerais nos Estados e no Distrito Federal e Territórios poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da lei complementar respectiva.**

**Considerando as assertivas acima, pode-se afirmar que:**

- a) Todas estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- e) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

**8- Sobre o Conselho Nacional do Ministério Público analise as assertivas abaixo:**

**I – O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida a recondução;**

**II – O Conselho escolherá, em votação secreta, um Corregedor nacional, dentre os membros do Ministério Público da União que o integram, vedada a recondução;**

**III – Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil oficiará junto ao Conselho;**

**IV – Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo-lhe zelar pela autonomia funcional e**

**administrativa do Ministério Público, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providência.**

**Pode-se afirmar que:**

- a) Todas estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- e) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.

---

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

---

**9- O Direito Administrativo a exemplo de outras disciplinas jurídicas, possui principiologia e base teórica próprias, o que motivou, na clássica lição do administrativa Celso Antônio Bandeira de Melo, destacar dois fundamentos basilares desta área jurídica. Tais bases, denominadas de “pedras de toque”, do Direito Administrativo são:**

- a) legalidade e supremacia do interesse público.
- b) legalidade e indisponibilidade do interesse público.
- c) supremacia do interesse público e indisponibilidade do interesse público.
- d) Impessoalidade e eficiência.
- e) Proporcionalidade e moralidade.

---

**10- Assinale o princípio constitucional expresso da Administração Pública que não foi previsto pelo Poder Constituinte**



Escola Superior do Ministério Público de Sergipe

**PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE**  
**EDITAL 01/2023**  
**DIREITO**

**Originário, no caput do art. 37 da CF/88:**

- a) Legalidade.
- b) Impessoalidade.
- c) Moralidade.
- d) Publicidade.
- e) Eficiência.

**11- De acordo com a doutrina majoritária, são atributos ou características do ato administrativo, exceto:**

- a) Presunção de Legitimidade.
- b) Normatividade.
- c) Autoexecutoriedade.
- d) Tipicidade.
- e) Imperatividade.

**12- São entidades da Administração Pública Indireta, exceto:**

- a) Organizações Sociais.
- b) Fundação Pública.
- c) Empresa Pública.
- d) Autarquia.
- e) Sociedade de Economia Mista.

**13- Acerca das disposições constitucionais da temática “servidor público”, assinale a alternativa correta:**

- a) As funções de confiança são exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo.
- b) A CF/88 veda expressamente o exercício de greve pelo servidor público.
- c) É permitida a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.
- d) A CF/88 não prevê cargos que só podem ser exercidos por brasileiros natos.
- e) São estáveis após dois anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso

público.

---

**DIREITO PENAL**

---

**14- O direito penal só deve se preocupar com a proteção dos bens jurídicos mais essenciais à vida em sociedade, constituindo a sua intervenção a *ultima ratio*, ou seja, tal intervenção somente será exigida quando não se fizer suficiente a proteção proporcionada pelos demais ramos do direito. Tal conceito tem relação com o princípio da:**

- a) Anterioridade.
- b) Reserva legal.
- c) Intervenção mínima.
- d) Proporcionalidade.
- e) Intranscendência.

**15- O princípio da legalidade consagra que, exceto:**

- a) Não há delito sem lei que o preveja.
- b) Não há sanção sem lei que a preveja.
- c) Não há possibilidade de retroatividade da norma penal proibitiva.
- d) A lei penal proibitiva tem que ter por fonte material o Congresso Nacional.
- e) A lei que define o crime e a pena tem que ser anterior ao fato delituoso.

**16- São causas de exclusão de culpabilidade, exceto:**

- a) Inimputabilidade.
  - b) Coação moral resistível.
  - c) Obediência a ordem hierárquica não manifestamente ilegal.
  - d) Erro de proibição escusável.
  - e) Coação física absoluta.
-



Escola Superior do Ministério Público de Sergipe

**PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE  
EDITAL 01/2023  
DIREITO**

**Com base no relato abaixo, responda às questões 17 e 18:**

HUGUINHO e LUIZINHO são amigos e têm ambos 19 anos de idade. HUGUINHO trabalha na mercearia do Sr. JOSÉ, que é pai de LUIZINHO e tem 45 anos de idade. Durante cinco dias seguidos, HUGUINHO, a pedido de LUIZINHO, subtrai dinheiro do caixa da mercearia. No último dia, o fato é descoberto, e o pai de LUIZINHO demite HUGUINHO. Este, revoltado, vai à Delegacia e relata o ocorrido, porém delatando o seu amigo, LUIZINHO, como sendo o mandante dos furtos.

**17- Com relação à responsabilização de HUGUINHO e LUIZINHO, é correto afirmar que:**

- a) HUGUINHO e LUIZINHO respondem pelos furtos.
- b) Somente HUGUINHO responde pelos furtos, sendo que LUIZINHO é isento de pena em razão de ser filho da vítima.
- c) Nenhum dos dois responde pelos furtos, uma vez que, a circunstância de um dos partícipes ser filho da vítima, torna ambos isentos de pena.
- d) HUGUINHO responde pelos furtos, na modalidade qualificada, e LUIZINHO responde pelos furtos, porém simples, não qualificados.
- e) HUGUINHO e LUIZINHO respondem por furtos qualificados, incidindo para ambos, pelo menos, a qualificadora do concurso de pessoas.

**18- Com relação à tipificação da conduta, é correto afirmar que:**

- a) Trata-se de diversos crimes, em concurso material.
- b) Trata-se de diversos crimes, em concurso formal próprio.
- c) Trata-se de diversos crimes, em concurso

formal impróprio.

- d) Trata-se do tipo de concurso denominado crime continuado.
- e) O caso deve ser tratado como equivalente a um crime único, não havendo nenhum tipo de concurso de crimes.

---

**19- “A”, imputável, inicia a execução de um crime; antes da consumação, por deliberação própria, deixa de prosseguir com os atos executórios. A hipótese caracteriza:**

- a) Arrependimento eficaz.
- b) Tentativa.
- c) Desistência voluntária.
- d) Consumação.
- e) Exaurimento.

---

**20- “A”, com 17 anos, privou Maria de sua liberdade, mediante sequestro, liberando-a após um ano e meio. “A”:**

- a) Não responderá por crime algum, pois quando privou a vítima de sua liberdade era menor de idade.
- b) Não responderá por crime algum, pois liberou a vítima.
- c) Responderá pelo delito (art. 148, inciso III, do CP), de acordo com as regras do ECA.
- d) Responderá pelo delito (art. 148, inciso III, do CP), de acordo com as regras do CP.
- e) Todas as alternativas estão incorretas.

---

**DIREITO PROCESSUAL PENAL**

---

**21- Segundo o Código de Processo Penal, o inquérito policial deverá terminar no prazo de \_\_\_ dias, se o indiciado estiver preso, ou no prazo de \_\_\_ dias, se ele estiver solto. Já segundo a Lei de Drogas (Lei n. 11.343/2006), o inquérito policial será concluído no prazo de \_\_\_ dias, se o**



Escola Superior do Ministério Público de Sergipe

**PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE**  
**EDITAL 01/2023**  
**DIREITO**

**indiciado estiver preso, e de \_\_\_ dias, se ele estiver solto. Assinale a opção que preenche corretamente esses prazos:**

- a) 10 dias, 30 dias, 30 dias, 90 dias.
- b) 10 dias, 20 dias, 30 dias, 60 dias.
- c) 15 dias, 20 dias, 15 dias, 30 dias.
- d) 15 dias, 30 dias, 15 dias, 60 dias.
- e) 20 dias, 30 dias, 20 dias, 90 dias.

**22- Em relação à ação penal, o Código de Processo Penal estabelece que:**

- a) O Ministério Público pedirá a improcedência da ação penal de iniciativa privada subsidiária da pública em caso de negligência do querelante.
- b) A representação será irretratável depois de oferecida a denúncia.
- c) Apenas a vítima, nos crimes de ação pública incondicionada, poderá provocar a iniciativa do Ministério Público.
- d) A ação penal de iniciativa privada subsidiária da pública não se submete a prazo decadencial.
- e) O Ministério Público não pode oferecer elementos de prova na ação penal de iniciativa privada subsidiária da pública.

**23- Sobre a competência criminal prevista no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta:**

- a) Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela conexão.
- b) Quando incerto o limite territorial entre duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela continência.
- c) O Código de Processo Penal adotou a teoria do resultado para a determinação da competência.
- d) Havendo conexão entre crime comum e crime eleitoral, impõe-se o julgamento

conjunto pela vara criminal da justiça estadual.  
e) Havendo conexão entre crime comum e ato infracional, prevalece a competência da vara criminal.

**24- Sobre os sujeitos no processo penal, assinale a alternativa correta:**

- a) Deve ser declarada a suspeição do juiz cujo cônjuge tenha funcionado, no processo penal, como órgão do Ministério Público.
- b) O juiz dar-se-á por suspeito e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes, se for amigo íntimo do réu.
- c) Se o juiz for sócio de sociedade interessada no processo, ele deve dar-se por impedido.
- d) Nos júzos coletivos, poderão servir no mesmo processo os juízes que forem entre si parentes.
- e) Aos membros do Ministério Público não se estendem as prescrições relativas à suspeição e aos impedimentos dos juízes.

**25- Segundo o Código de Processo Penal, o juiz pode substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for:**

- a) Maior de sessenta anos de idade.
- b) Debilitado por motivo de doença, mesmo que não grave.
- c) Indispensável aos cuidados de pessoa menor de doze anos de idade.
- d) Mulher com filho de até seis anos de idade incompletos.
- e) Homem, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até doze anos de idade incompletos.

**26- Considere o seguinte caso hipotético para assinalar a alternativa correta: o agente foi denunciado pelo crime de furto porque puxou a carteira, que continha R\$**



Escola Superior do Ministério Público de Sergipe

**PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE**  
**EDITAL 01/2023**  
**DIREITO**

**300,00, do bolso traseiro da vítima e fugiu correndo; encerrada a instrução, comprovou-se que o agente, antes de fugir com a carteira da vítima, a ameaçou verbalmente e com o emprego de uma faca, razão pela qual a vítima lhe entregou a sua carteira.**

- a) Tratando-se de “mutatio libelli”, o Ministério Público deve aditar a denúncia para que o agente seja condenado por roubo, em vez de furto.
- b) Tratando-se de “emendatio libelli”, o juiz deve imediatamente prolatar a sentença condenatória na qual reconhecerá que o agente, em vez de furto, cometeu o crime de roubo.
- c) Tendo em vista o erro na descrição dos fatos na denúncia, o agente deve ser absolvido.
- d) Se houver aditamento à denúncia, o Ministério Público não pode arrolar novas testemunhas.
- e) Sobre o aditamento à denúncia, se não forem produzidas provas novas, é desnecessário que se ouça o defensor do acusado.

**27- Sobre a prisão temporária, no âmbito da Lei dos Crimes Hediondos (Lei n. 8.072/1990), assinale a alternativa correta:**

- a) Terá o prazo de 10 dias, prorrogável por igual período.
- b) Terá o prazo de 10 dias, sem possibilidade de prorrogação.
- c) Terá o prazo de 30 dias, prorrogável por igual período.
- d) Terá o prazo de 30 dias, sem possibilidade de prorrogação.
- e) Terá o prazo de 60 dias, prorrogável por igual período.

---

**DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL**

---

**28- De acordo com a Lei Introdução às Normas do Direito Brasileiro, analise os itens abaixo:**

- I- Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia seis meses depois de oficialmente publicada.**
- II- As correções a texto de lei já em vigor não são consideradas lei nova.**
- III- Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.**
- IV- A edição de atos normativos por autoridade administrativa, inclusive os de mera organização interna, poderá ser precedida de consulta pública para manifestação de interessados.**

**Assinale a alternativa correta**

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item III está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos
- e) Apenas os itens III e IV estão certos.

---

**29- Cessará, para os menores, a incapacidade, exceto:**

- a) Pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.
- b) Pelo casamento.
- c) Pelo exercício de emprego público efetivo ou comissionado.



Escola Superior do Ministério Público de Sergipe

**PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE**  
**EDITAL 01/2023**  
**DIREITO**

- d) Pela colação de grau em curso de ensino superior.
- e) Pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.

---

**30- João é caseiro de uma fazenda “X” localizada no município de Lagarto/SE e exerce a atividade mediante remuneração e seguindo ordens expedidas pelo proprietário do imóvel, Pedro. Nessa situação hipotética, conforme ditames do Código Civil, em relação à Fazenda, João é considerado:**

- a) Titular da posse da fazenda.
- b) Exerce a posição jurídica denominada detenção.
- c) É titular da posse direta da fazenda.
- d) É titular da posse indireta da fazenda.
- e) É usufrutuário da fazenda.

---

**31- A respeito dos alimentos, analise os itens a seguir e assinale a alternativa correta:**

- a) De acordo com entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça, a obrigação alimentar dos avós tem natureza complementar e subsidiária, somente se configurando no caso de impossibilidade total de seu cumprimento pelos pais.
- b) Com o casamento, a união estável ou o concubinato do credor, não cessa o dever de prestar alimentos.
- c) O novo casamento do cônjuge devedor extingue a obrigação constante da sentença de divórcio.
- d) Pode o credor não exercer e renunciar o direito a alimentos, sendo o respectivo crédito insuscetível de cessão, compensação ou penhora.
- e) Consoante entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça, o cancelamento de pensão alimentícia de filho que atingiu a

maioridade está sujeito à decisão judicial, mediante contraditório, ainda que nos próprios autos.

---

**32- Com relação às normas fundamentais do Processo Civil de 2015, assinale a alternativa correta:**

- a) O processo civil será ordenado, disciplinado e interpretado, apenas, conforme os valores e as normas fundamentais estabelecidos no Código de Processo Civil de 2015, prescindido das disposições pertinentes previstas na Constituição da República Federativa do Brasil.
- b) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- c) O processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, sem exceções previstas em lei.
- d) As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, exceto a atividade satisfativa.
- e) É vedada a utilização da arbitragem.

---

**33- Com relação à atuação do Ministério Público no Processo Civil assinale a única alternativa correta:**

- a) O Promotor de Justiça intimado para intervir deve emitir Parecer, vedada, no entanto, a legitimidade recursal.
- b) O Ministério Público intervirá sempre quando presente a Fazenda Pública como parte processual.
- c) A intervenção do MP será obrigatória sempre que o processo envolver interesse de relativamente incapaz.
- d) Findo o prazo para manifestação do Ministério Público sem o oferecimento de parecer, o juiz não poderá requisitar os autos



Escola Superior do Ministério Público de Sergipe

**PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE**  
**EDITAL 01/2023**  
**DIREITO**

para dar andamento ao processo.

e) Ao Ministério Público aplica-se o benefício da contagem em dobro para manifestação, ainda que a lei estabeleça, expressamente, prazo próprio para o Ministério Público.

---

**34- Quando ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, será concedida:**

- a) Tutela cautelar requerida em caráter incidental.
- b) Tutela cautelar requerida em caráter antecedente.
- c) Tutela antecipada requerida em caráter antecedente.
- d) Tutela antecipada requerida em caráter incidental.
- e) Tutela de evidência.

---

**35- Maria ajuizou ação de indenização por danos morais em face de João, em trâmite na 1ª Vara Cível da comarca de Nossa Senhora do Socorro/SE. Durante o curso do processo, Maria veio a falecer. Diante da situação narrada e tendo em vista as disposições do Código de Processo Civil, o processo em questão:**

- a) Terá continuidade.
  - b) Será suspenso.
  - c) Será extinto com julgamento do mérito.
  - d) Será extinto sem julgamento do mérito.
  - e) Não sofrerá qualquer consequência processual.
- 
- 

---

**DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS**

---

**36- Sobre o meio ambiente, no plano normativo constitucional brasileiro, assinale a alternativa errada:**

- a) O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é extensível não só às presentes como também às futuras gerações.
- b) Segundo a nossa legislação constitucional, quem explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado.
- c) As condutas e atividades lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores a sanções penais e administrativas, podendo ser consideradas infratoras não só pessoas físicas como também pessoas jurídicas.
- d) É incumbência do Poder Público, entre outras, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino.
- e) O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é assegurado, com maior ênfase e proporção, aos proprietários e possuidores de terras cultiváveis.

---

**37- Em matéria de ato infracional, a Lei nº 8.069/90 entende que:**

- a) Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas, dentre outras, advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida e colocação em família substituta.
- b) A medida aplicada ao adolescente levará em conta tão somente as circunstâncias e a gravidade da infração.
- c) Será admitida a prestação de trabalho forçado, dependendo da gravidade do fato.
- d) Os adolescentes portadores de doença ou



Escola Superior do Ministério Público de Sergipe

**PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE  
EDITAL 01/2023  
DIREITO**

deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições.

e) O Juiz não pode aplicar as seguintes medidas ao adolescente infrator: encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; orientação, apoio e acompanhamento temporários; e matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental.

---

**38- Quanto à defesa do consumidor em juízo (Lei nº 8.078/90), é correto afirmar que:**

a) A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo somente individualmente, no caso de interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum.

b) São legitimadas para defesa coletiva do consumidor as associações legalmente constituídas há pelo menos um ano e que incluam entre seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos protegidos pelo CDC, dispensada a autorização assemblear.

c) Na ação que tenha por objeto o cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento. A indenização por perdas e danos se fará incluindo a multa.

d) Nas ações coletivas de que trata o CDC haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, nem condenação da associação autora, salvo comprovada má-fé, em honorários de advogados, custas e despesas processuais.

e) O comerciante que efetivar o pagamento ao prejudicado poderá exercer o direito de regresso contra os demais responsáveis,

segundo sua participação na causação do evento danoso. A ação de regresso poderá ser ajuizada em processo autônomo, facultadas a possibilidade de prosseguir-se nos mesmos autos e a denúncia da lide.

---

**39- Em relação à Ação Civil Pública, têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar:**

**I - O Ministério Público;**

**II - A Defensoria Pública;**

**III - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;**

**IV- A autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista;**

**V- A associação que, concomitantemente: esteja constituída há pelo menos 2 (dois) anos nos termos da lei civil e inclua, entre as suas finalidades institucionais, a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, aos direitos de grupos raciais, étnicos ou religiosos ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.**

**Considerando as assertivas acima, pode-se afirmar que:**

a) Todas estão corretas.

b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

c) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.

d) Apenas a assertiva V está errada.

e) Apenas as assertivas I, II e IV estão erradas.

---

**40- Sobre os atos de improbidade administrativa, assinale a opção que for verdadeira:**

a) É ato de improbidade administrativa, importando em enriquecimento ilícito, auferir, mediante a prática de ato doloso ou culposo, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo.



Escola Superior do Ministério Público de Sergipe

**PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE**  
**EDITAL 01/2023**  
**DIREITO**

b) O agente público que recebe dinheiro, a título de comissão, de particular, para exercer atribuição prevista em lei, causa prejuízo ao Erário.

c) A jurisprudência dos tribunais superiores é no sentido de que a culpa grave, aquela que extrapola o erro juridicamente tolerável, é suficiente para a tipificação de ato de improbidade administrativa por prejuízo ao Erário.

d) Comete ato de improbidade administrativa o agente público que, por descuido, revela fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo.

e) Todas as alternativas anteriores são falsas.

---

**Escola Superior do Ministério Público de Sergipe**

Site: [www.esmp.mpse.mp.br](http://www.esmp.mpse.mp.br)

**Avenida Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, 505- Centro Administrativo Gov. Augusto Franco- Bairro Capucho- Aracaju//SE- CEP 49081-000**

---